

“Reparação e Beneficiação de Obras de  
Arte e Pontões devido a danos causados por  
inundações e outras calamidades /  
Elaboração do projeto da Ponte dos Reis –  
Processo 008\_AJD\_SA\_14”

CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL

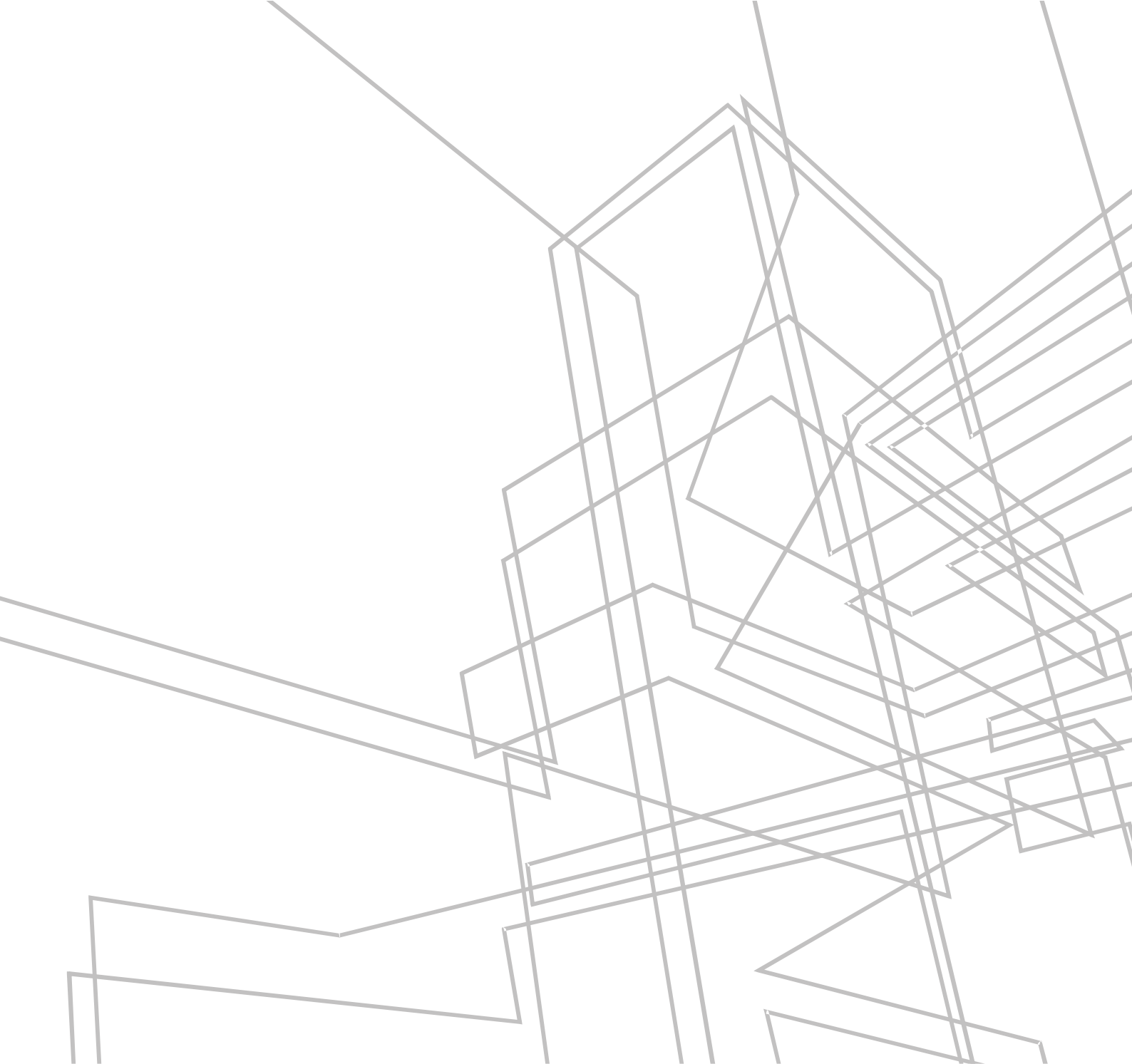


Rua Brigadeiro Correia Cardoso  
340 r/c Dt.º | 3000-084 Coimbra  
Telefone 239 712 998 | 239 046 995  
Fax 239 716 976  
E-mail [geral@centralprojectos.pt](mailto:geral@centralprojectos.pt)  
Site [www.centralprojectos.pt](http://www.centralprojectos.pt)



## INDICE

ANEXO I - CCP .....	3
---------------------	---



## Anexo I - CCP



**CENTRAL PROJECTOS®**  
Consultores de Projeto

Rua Brigadeiro Correia Cardoso  
340 r/c Dt.º | 3000-084 Coimbra  
**Telefone** 239 712 998 | 239 046 995  
**Fax** 239 716 976  
**E-mail** [geral@centralprojectos.pt](mailto:geral@centralprojectos.pt)  
**Site** [www.centralprojectos.pt](http://www.centralprojectos.pt)



## DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

### Anexo I - CCP

1 - João Manuel Catarino Santos, titular do Cartão do Cidadão n.º 8294353, residente na Rua Dr. Mendes Silva, n.º 24, 3040-589 ANTANHOL, na qualidade de representante legal da firma Central Projectos, Lda, número de identificação fiscal 503003913, com sede na Rua Brigadeiro Correia Cardoso, n.º 340 r/c dto, 3000-084 Coimbra, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de convite para ajuste direto para a ***“Reparação e Beneficiação de Obras de Arte e Pontões devido a danos causados por inundações e outras calamidades / Elaboração do projeto da Ponte dos Reis – Processo 008\_AJD\_SA\_14”*** declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- Proposta de preço total de acordo com o anexo II do convite (conforme alínea b do Ponto 7.1 do Convite);
- Condições contratuais da proposta (conforme alínea c do Ponto 7.1 do Convite);

3- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Não foi condenado por sentença transitória em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;

- c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente às contribuições para a Segurança Social em Portugal;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de Maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1, do artigo 627º do Código do trabalho;
- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização, ao seu serviço, de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a Segurança Social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação em Portugal;
- i) Não foi condenado por sentença transitada em julgado por alguns dos crimes:
  - o Participação em actividade de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2º da Acção comum n.º 98 78/773/JAI, do Conselho;
  - o Corrupção, na acepção do artigo 3º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3º do Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
  - o Fraude, na acepção do n.º 1º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
  - o Branqueamento de capitais, na acepção, do artigo 1º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação de sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de Contratos Públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos fixados no artigo 81º, do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recai sobre a proposta apresentada e constitui contra ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação de sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de Contratos Públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Coimbra, 14 de Março de 2014

Pela Central Projectos, Lda.

O sócio gerente



(João Manuel Catarino Santos)